

Ass Const

A infra-estrutura do País

ROGER IAN WRIGHT

Especial para a Folha

É de preocupar a desmesurada importância que alguns segmentos da nossa sociedade estão emprestando à Constituinte, a ser brevemente convocada. A toda evidência, está ocorrendo algum exagero nisso tudo. Não são poucos os que apontam a futura Constituinte como a única solução para todos os males que grassam no País.

É inegável que a Nação necessita rever algumas regras e preceitos da atual constituição, a fim de torná-la mais atualizada. Porém, por outro lado, é também evidente que uma boa gama de suas atuais normas — quer por razões jurídicas, quer por influências históricas, sociais, culturais e econômicas — serão forçosamente apenas transplantadas para a futura Carta. No fundo, não são muitos os dispositivos constitucionais vigentes a serem revogados e/ou alterados.

O "remexer" de uma Constituição é algo de muito sério, motivo pelo qual necessita ser feito com os cuidados deveso, o que, talvez, justifique a atenção que está sendo dada à convocação da atual Constituinte. Não podemos, contudo, deixarmos-nos convencer que, apenas com uma nova Carta, iremos resolver nossos problemas básicos de inflação, desemprego, baixos salários, pobreza, doenças, analfabetismo, escassez de alimentos e da continuada falta de infra-estrutura básica no País.

A solução desses angustiantes e crônicos desafios requer básica e inexoravelmente muito trabalho! Fatos recentes — como a proposta apresentada por funcionários de órgão estatal visando a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias — são preocupantes, pois vão exatamente na direção oposta àquela de que o País necessita.

Os aumentos reais de salário são necessários para ampliar-se o mercado interno, mas as reduções de jornada e a insistência em greves — muitas vezes desnecessárias — são atitudes maléficas e prejudiciais ao esforço para solução de nossos problemas. A Nação necessita, paralelamente e com o mesmo entusiasmo que apregoa as virtudes de uma nova lei maior, divulgar intensivamente esta incontestável realidade: precisamos trabalhar mais e melhor.

Conforme mencionamos, existem ainda bons dispositivos constitucionais vigentes que precisam ser implementados na prática. Invocamos, como exemplo — para comprovar que não bastam apenas leis bem elaboradas, mas principalmente atos que traduzam trabalho produtivo e respeito à lei — os textos ainda em vigor, pertinentes à total preferência outorgada às empresas privadas para explorar atividades econômicas. Essas mesmas normas impõem ao Estado, em relação ao setor econômico, uma condição secundária, já que a esse cabe apenas apoiar e atuar em caráter suplementar da iniciativa privada. A despeito dessa clareza dos preceitos da lei maior, o Estado criou, nos últimos 25 anos, inúmeras e gigantescas empresas, as quais, muitas vezes, eliminaram ou sufocaram empresas privadas. As principais razões advogadas para essa invasão em território reservado

à iniciativa privada, foram o "interesse público", o preenchimento de "espaços vazios" (às vezes, mais ilusórios do que reais) e a necessidade de disciplinar e controlar os diversos segmentos sociais. Sem dúvida, alguns investimentos feitos pelo Estado foram necessários e benéficos, mas o avanço foi longe demais.

O resultado mais preocupante dessa estatização, a longo prazo, está sendo a atual mentalidade de muitos cidadãos que preferem a segurança de um emprego público do que enfrentar os riscos de uma competição dentro de uma empresa privada, ou mesmo de estabelecer-se por conta própria. Essa aversão a enfrentar dificuldades tolhe a iniciativa e a criatividade da população — fatores essenciais para o desenvolvimento de um país.

O que estamos presenciando é a criação de uma sociedade com mentalidade corporativista (haja vista as diversas regulamentações de profissões aprovadas ou em tramitação no Congresso Nacional) e que leva a pessoa a cada vez mais buscar a sombra benfazeja e protetora do Estado e de suas diversas repartições e empresas. Esta procura de segurança elimina a competição, fator vital e que estimula a criatividade, qualidade e produtividade.

O recente documento sobre "Propostas para a Privatização da Economia Brasileira", publicado por um importante jornal do País, aborda de forma realista e oportuna a necessidade de reverter a intervenção governamental na economia; pois, além da criação de uma mentalidade mais liberal, é essencial resolvermos o desequilíbrio fundamental da nossa economia. O acerto externo, embora custoso, está temporariamente sob controle, mas as finanças internas continuam sem solução. O grande devedor é o governo e, embora os segmentos mais ricos da sociedade certamente sejam chamados para pagar a conta, somente o farão, sem resistência, se verificarem uma redução da concorrência governamental nas atividades econômicas. O aumento da arrecadação, por parte do governo, sem solucionar o problema da dívida interna, desestimulará mais ainda o setor privado que, certamente, deixará de ocupar, em consequência de sua retração, os tais "espaços vazios", exacerbando o problema do gigantismo estatal.

Por tudo isso é que — se por um lado a nova Constituinte deve ser considerada como da máxima importância — não menos importante será desenvolver, paralelamente, uma consciência a nível nacional voltada ao trabalho, via definição clara de que ao governo cabe prioritariamente a organização eficiente de um sistema monetário, um sistema operante de educação e saúde, cidades com serviços sanitários e com segurança, além de um serviço público racionalmente organizado para atender à população. A iniciativa privada cabe a responsabilidade de investir e correr riscos, proporcionando um ambiente positivo de trabalho que certamente resultará num País menos emperrado e mais rico.

ROGER IAN WRIGHT, 33, é graduado pela Escola de Finanças de Wharton, da Universidade da Pensilvânia (EUA), é diretor da Adubos Trevo (Grupo Luxma).

ANC 88

Pasta Nov/Dez 85

016